

ATA N.º 249

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

**1 Período da Ordem do Dia**-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 1ª Revisão Orçamental-----
- 1.3 Delegação de Competências – Serviço Público de Transporte de Passageiros-----
- 1.4 Transporte Escolar 1º CEB 2017/2018 – Renovação Protocolos-----
- 1.5 CPCJ – Relatório de Atividades 2017 e Plano de Atividades 2018-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António da Silva Portela-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças do Vice-presidente José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins e Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Vereadores.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar internado.-----

--- Faltou à sessão o membro Jorge Manuel Henriques da Graça, que apresentou justificação por escrito, pelo que a mesma foi justificada, tendo sido substituído por Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

### **Ordem de trabalhos**

**1 Ata** – Foram apreciadas as atas n.ºs 247 e 248, de 24 de novembro de 2017 e 15 de dezembro de 2017, respetivamente, as quais foram disponibilizadas em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura. Colocada a ata n.º 247 à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Colocada a ata n.º 248 à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

### **2 Correspondência:**-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para uma Ceia de Natal no dia 16 de dezembro de 2017;-----
- Envio de um voto de pesar da Assembleia Municipal de Mogadouro, relacionado com os incêndios florestais de 15 de outubro de 2017;-----
- Convite da Juventude Académica Pessegueirense para a Festa de Natal no dia 09 de dezembro de 2017;-----
- Convite para assistir à tomada de posse do secretariado executivo intermunicipal da CIRA, na pessoa do Dr. José Eduardo de Matos, no dia 20 de dezembro de 2017;-----
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para o jantar de Natal no dia 21 de dezembro de 2017;-----
- Agradecimento do Vouga Sport Clube por todo o apoio concedido pelo Município ao longo do ano de 2017;-----
- Convite da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Senhorinhense para a Festa de Natal no dia 25 de dezembro de 2017;-----
- Voto de pesar por parte da Assembleia Municipal do Mogadouro, relacionado com os incêndios florestais de 15 de outubro de 2017;-----
- Convite do Centro Hospitalar do Baixo Vouga para uma sessão solene, em Estarreja, no dia 02 de março de 2018, para comemoração do dia do Centro Hospitalar do Baixo Vouga;-----
- Convite para o segundo encontro das Assembleias Municipais, a realizar, em Lisboa, no dia 03 de março de 2018;-----
- Convite da Câmara Municipal para as cerimónias do XI Semana Gastronómica de Sever do Vouga inserido na abetura do XVIII Rota da Lampreia e da Vitela de Sever do Vouga, no dia 03 de março de 2018;-----
- Projeto de resolução do grupo parlamentar Os Verdes sobre a da privatização dos CTT;
- Convite da Câmara Municipal para que a Assembleia Municipal indique alguns dos seus membros para integrarem o grupo de trabalho que irá analisar e apresentar propostas à carta de princípios que sustentou a implementação do primeiro evento do orçamento participativo de Sever do Vouga ocorrido em 2017. O presidente da Assembleia Municipal informou que tinha estado reunido com os líderes dos três

grupos municipais, antes da sessão, e que tinham deliberado, por unanimidade, que cada um dos grupos municipais irá indicar um nome para integrar aquele grupo de trabalho que vai trabalhar, juntamente com a Câmara Municipal, para melhorar o orçamento participativo. Mais disse que fará seguir essa informação para a Câmara Municipal.-----

Antes de passar para a ordem do dia o presidente da Assembleia Municipal referenciou três pontos que disse considerar muito importantes. Em primeiro lugar, quis deixar, em nome de todos os grupos municipais, um voto de rápido restabelecimento para o presidente da Câmara Municipal e informou que o mesmo será substituído, na presente sessão, pelo Vice-presidente. Em segundo lugar, apresentou e leu um voto de pesar, elaborado pelo membro António Monteiro, pelo falecimento de um ex-autarca do concelho, Nelson Marques da Silva.-----

*“Foi com consternação que soubemos que, no passado dia 14 de fevereiro, em Angola, faleceu em circunstâncias trágicas Nelson Marques da Silva, empresário e ex-presidente da Junta de Freguesia de Dornelas.-----*

*Nelson Silva era um homem bom, amigo de seu amigo, um filho da terra que sempre procurou contribuir para a melhoria da vida da comunidade e servir o outro, tendo sido fundador da Associação Cultural e Recreativa de Dornelas.-----*

*Homem cívica e politicamente empenhado, fiel às suas convicções, deixou duradoura marca na sua passagem como presidente da Junta de Freguesia de Dornelas, por dois mandatos, de 1989 a 1997, tendo tido um papel determinante na sua criação. Foi um homem muito à frente do seu tempo, sendo o responsável pela construção e abertura da Avenida Nova, em Dornelas, entre muitas outras obras e trabalho desenvolvido em favor do desenvolvimento da sua terra e das suas gentes. Nessa qualidade foi também membro da Assembleia Municipal de Sever do Vouga e desempenha atualmente o cargo de vogal da assembleia na União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, em representação do CDS.-----*

*Na sua juventude, foi combatente no ultramar tendo ficado, desde essa altura ligado a Angola. Era um dos muitos pequenos empresários de Sever do Vouga que, além-fronteiras, procuram melhorar a sua vida e dos seus, sem nunca ter esquecido a sua terra. Sever do Vouga e Dornelas não o esquecerão.-----*

*A Assembleia Municipal de Sever do Vouga, reunida no dia 23 de fevereiro de 2018, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Nelson Marques da Silva e apresenta as condolências a toda a sua família, em especial ao vereador Ricardo Silva, ao CDS, bem como à União das Freguesias de Silva e Dornelas, recomendando à Câmara Municipal que, no âmbito das suas competências, delibere prestar-lhe uma justa homenagem consagrando o seu nome na toponímia de Dornelas, denominando uma das principais artérias da freguesia com o nome Nelson Silva.”-----*

Colocado o voto de pesar à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. O presidente da Assembleia Municipal disse, ainda, ter tido conhecimento, através do presidente da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, que outro ex-autarca do concelho tinha falecido há algumas semanas atrás, José Maria Rodrigues Barbosa, e propôs um voto de pesar em nome de todos os membros da Assembleia Municipal. Colocado o voto de pesar à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

O presidente da Assembleia Municipal perguntou se os membros estariam de acordo em fazer um minuto de silêncio. Aceite a sugestão, os membros da Assembleia Municipal fizeram um minuto de silêncio, de pé, pela morte dos antigos colegas.-----

### **-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----**

#### **3.1 – Assuntos de Interesse Local-----**

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **José Luís da Silva e Almeida** que começou por apresentar os votos de rápidas melhoras ao presidente da Câmara Municipal, Dr. António Coutinho, desejando que a sua saúde se restabeleça o mais rapidamente possível. Afirmou que, a sessão estava a decorrer num período de acontecimentos nacionais que poderão marcar os próximos anos do país. Disse contar que, a nova liderança do principal partido da oposição seja um verdadeiro interlocutor nas opções futuras que têm de ser tomadas coletivamente, nomeadamente na programação do novo quadro comunitário. Afirmou que, os primeiros passos do novo líder davam alguma esperança nesse sentido, pois, o bloqueio antes existente em nada contribuía para a construção de soluções mais abrangentes e participadas. Disse que, certamente nem todas as forças políticas gostarão do novo relacionamento e algumas estão alojadas, e são oposição dentro das suas organizações. Disse ser a velha maneira de fazer política; alguns não percebem que só dizer mal, além de não resolver nada, só demonstra a incapacidade em resolver e em contribuir para um país cada vez melhor, para os jovens, os empresários, os trabalhadores, os idosos e para todos em geral. Disse ter havido excelentes notícias no campo financeiro, pois temos um ministro com um *curriculum* que a todos deixa descansados quanto à sua capacidade para o desempenho das suas funções, o qual foi escolhido para presidir ao Eurogrupo. Num aparte, disse ter estado no mesmo avião, num dia de janeiro de 2016, em que o Ministro Mário Centeno ia para uma das primeiras reuniões, e desejou-lhe boa sorte, pois o seu sucesso era o sucesso do nosso país. Sobre a redução do horário de funcionamento do atendimento complementar do Centro de Saúde, disse que a situação que se diz ser provisória e originada pelo atingir de idade em que os médicos deixam de ser obrigados a trabalhar em horário noturno, muito preocupa, o qual está a acompanhar de muito perto. Afirmou que a autarquia também está a fazer este acompanhamento e é expectável que surjam boas novidades em breve. Um dos objetivos da descentralização que o PS defende é que o Poder Local tenha intervenção direta e decisiva na gestão dos equipamentos e meios de saúde, pois é este que está mais próximo das realidades e necessidades de cada concelho. Disse que, o Ministério da Saúde tem mais profissionais de todas as áreas, mas, a redução antes ocorrida obriga a uma gestão muito apurada, pois o dinheiro não chega para tudo. Afirmou que aquela é uma área em que existem enormes e poderosas corporações que, ao invés de defenderem os utentes, defendem as suas clientelas e os seus interesses. Terminou a sua intervenção apresentando as condolências, do seu grupo parlamentar, ao vereador Ricardo Silva e restante família pela sua irreparável perda e pelas circunstâncias da mesma.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por dizer que o concelho de Sever do Vouga tem cerca de setenta por cento da área ocupada por floresta, sendo, portanto, um sector importante, não só pela riqueza e desenvolvimento que pode criar diretamente, mas, também, pelas oportunidades indiretas que pode gerar no sector do turismo ou turismo de natureza, sem esquecer as maiores valias ambientais e paisagísticas. Nesse sentido, enalteceu as iniciativas do executivo na divulgação e informação da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro e Decreto-Lei n.º 110/2018 de 14 de fevereiro, que estabelece, resumidamente, a obrigatoriedade de limpeza e gestão de florestas. Disse considerar que, na sua opinião, aquelas iniciativas podem ser melhoradas através da promoção de ações de sensibilização e informação descentralizadas nas freguesias, reforçando, assim, as ações de prevenção, tal como tem vindo a alertar e a sugerir durante o último mandato e ao qual fez referência na sessão de 30 de junho de 2017. Afirmou que a informação é importante e é necessário assegurar que chegue a cada um dos municípios sugerindo, para isso, a distribuição de um folheto pelas casas, bem como a divulgação do mesmo no site do município. Disse que não se pode esquecer que, em vários pontos do concelho, existe uma faixa significativa de população idosa e com recurso limitado à informação, agravando-se o facto dos mesmos carecerem da necessária força física ou recursos económicos para procederem à devida limpeza dos mesmos. Referiu que aquela ação é uma responsabilidade de

todos, incluindo do município e, assim sendo, o mesmo deverá assegurar que todas as pessoas estão informadas e que os prédios sob sua administração estão conforme, bem como assegurar que os caminhos florestais e de acesso aos pontos de água estão limpos e transitáveis. Afirmou que, infelizmente, constata-se que isso não se verifica em muitos deles, dando como exemplo o caminho de ligação Castelões à estrada das Presas a Silva escura (com um ponto de água no Vale do Neto o qual está em mau estado), o caminho de Couto de Cima à estrada da Cerqueira, todos os caminhos da serra do Arestal (acesso ao Espinheiro; Borrhal; Rio Bom; alto do Arestal), acesso ao ponto de água de Rio Bom, ponto de água da zona industrial de Cedrim e o caminho de acesso de Pessegueiro à antiga lixeira. Disse considerar, ainda, que o executivo deverá analisar e estabelecer pontos de abastecimento estratégicos em ribeiros e rios de fácil acesso aos meios de combate. Disse que, na sessão de 12 de dezembro de 2015, tinham assistido à reclamação das senhoras Maria Alice Henriques Silva e Deolinda Henriques Silva, relativamente à queda de um muro e à deterioração do muro contíguo em Pontizela, na freguesia de Pessegueiro do Vouga. Afirmou que aquele assunto tinha sido analisado em reunião de Câmara de fevereiro de 2015 e que tinha sido aprovada a execução da obra e descrita no orçamento na rubrica das intempéries. Perguntou a razão do atraso da Câmara Municipal em resolver o assunto, uma vez que a obra ainda não teve início? Em conclusão, expressou, em nome da bancada do PSD, um voto de pesar pelo falecimento do pai do vereador Ricardo Silva e ex-autarca, Nelson Silva, apresentado os seus respeitosos sentimentos extensivos a toda a família enlutada. De igual modo, expressou um voto de uma rápida recuperação ao excelentíssimo presidente da Câmara, Dr. António Coutinho.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse ser, obviamente, um dia muito triste para o CDS e que, em momentos difíceis onde o pesar e consternação afetam a todos, quis, antes de todo o mais, agradecer as condolências que foram apresentadas pela Assembleia Municipal, e, ainda, a disponibilidade do senhor presidente da Assembleia Municipal e todos os grupos para subscrever os votos de pesar que foram votados e aprovados por unanimidade. Disse haver algumas matérias que devem unir a todos nas questões de dor que têm a ver com humanidade, também, com a saúde e, por isso, disse não poder continuar a sua intervenção sem desejar as rápidas melhoras ao presidente da Câmara Municipal, desejando que rapidamente se restabeleça e possa voltar a assumir as funções que o povo de Sever do Vouga entendeu entregar-lhe. E por estar a falar de questões de saúde, o membro António Monteiro disse trazer, em nome do CDS, uma matéria que considera que preocupa a todo Sever do Vouga e que diz respeito àquilo que é o encerramento do Serviço de Atendimento Complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga, sucedendo que o atendimento que estava aberto entre as 20:00 e as 23:00 deixou de estar aberto. Alertou para o facto de a população de Sever do Vouga ser, em grande medida, envelhecida e daquilo que são dificuldades de acesso que o concelho tem, frisando que os centros de saúde são, e devem ser, a porta de entrada para o Serviço Nacional de Saúde e aquele serviço de proximidade é um serviço fundamental que tem de ser assegurado pelo governo do país em todos os concelhos e em todas as populações. Disse ter solicitado ao grupo parlamentar do CDS, na Assembleia da República, que perguntasse ao governo o que estava a acontecer e o que é que procuravam fazer para resolver o problema do atendimento complementar do centro de saúde. Informou ter sido feita a pergunta 719 – 13ª legislatura da 3ª sessão legislativa onde foram questionadas as razões e que tinham recebido a resposta de que o motivo do encerramento do atendimento complementar se prende com o facto de haver, a partir dos 50 anos, a impossibilidade de solicitar aos médicos que prestem o serviço noturno que antes prestavam e face ao avançar dessa idade, o Centro de Saúde deixou de ter os meios humanos necessários para assegurar esse atendimento. Afirmou que, aquilo que mais preocupava na resposta era o facto de o governo ter dito que o centro de saúde de Sever do Vouga dispõe, atualmente, de um rácio de utentes por médico de família mais favorável do

que o recomendado, ou seja, aquilo que o Ministério da Saúde diz é que existem mais médicos do que o necessário e, ao mesmo tempo, não apresenta nenhuma outra alternativa, o que significa que o problema está na idade dos médicos. Disse tencionar apresentar uma moção para que seja votada e que fará chegar à mesa, propondo à Assembleia Municipal que expresse ao senhor Ministro da Saúde, à ARS Centro, ao ACeS Baixo Vouga a sua enorme preocupação com o encerramento do Serviço de Atendimento Complementar do Centro de Saúde, prejudicando muito seriamente a população que representa e que considera que é dever deles encontrar os meios humanos que permitam a reabertura com a máxima urgência, para tanto, enviando às entidades referidas esta mesma moção. Recomendou que a Câmara Municipal que encete diligências junto do governo, ARS Centro e ACeS Baixo Vouga no sentido de obter a disponibilidade de profissionais médicos que possam prestar serviço no Atendimento Complementar de Sever do Vouga de modo a que possa reabrir com a máxima urgência. -----

O presidente da Assembleia Municipal pediu que se avançasse com as restantes intervenções, sendo colocada a moção a votação no final das mesmas. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que disse ter-se dedicado a analisar algumas das suas intervenções nos últimos tempos e verificou que tinha sido sempre recorrente no seu pedido de análise e ilações a tirar do orçamento participativo em que o senhor presidente da Câmara Municipal concordava que sim, que iam analisar, mas, depois, nada aconteceu, o tempo passou e continua tudo igual, com o lançamento, para 2018, de mais um orçamento participativo. Disse que, todo o processo tinha passado pelo executivo, que seria quem melhor poderia saber o que correu melhor ou não tão bem. Não querendo continuar num impasse, propôs a nomeação, por parte da Assembleia Municipal, de alguns membros para integrarem o grupo de análise ao orçamento participativo, com apresentação de conclusões e propostas de modelo do mesmo. Disse sentir, ainda, a necessidade de falar sobre um assunto que, pessoalmente, lhe tem causado estranheza, que é o facto de, nalgumas partes da Rua do Casal, em época de chuva, a calçada começa a apresentar lombas com o levantamento das pedras, isto numa rua que foi objeto de obras de grande envergadura. Informou que, no ano de 2017, mais precisamente a meio do verão, ardeu uma caixa de energia da EDP, a qual foi reposta no dia seguinte, mas que, nem meio ano se passou e, uns metros mais acima, ardeu uma nova caixa de energia e, nessa altura, a EDP deslocou-se ao local, repôs a caixa de energia, mas, deixou um buraco aberto, com uma altura considerável, com tubos, canos e mais parafernália à vista, e, assim se mantém, pelo menos há mais de três meses. Disse saber que vai receber como resposta que é da responsabilidade da EDP, mas, enquanto Vice-presidente de um executivo camarário, tem toda a legitimidade para instar aquela instituição a terminar aquela reparação para segurança de todos os munícipes. Disse não ser de descurar o que se passa na Rua do Casal, na parte que se encontra empedrada, dado que, são várias as ocorrências ao longo dos anos após as obras. Dirigindo-se ao Vice-presidente, Diana Paiva mencionou as placas que foram colocadas na vila, sem desprimor para as colocadas no restante concelho, perguntando se tinham sido minimamente planeadas, pois, muitas delas, causam estranheza. Deu o exemplo de uma placa no final da Rua do Silveirinho, junto à Avenida Comendador Augusto Martins Pereira, a indicar a localização da Segurança Social, quando se trata de uma rua de sentido contrário àquele indicado pela placa, o que pode levar os mais incautos, que circulam de automóvel, a entrar naquela rua em sentido contrário ao seu trânsito. Disse, ainda, haver mais uma placa colocada perto do edifício da Câmara Municipal, no início da Rua do Comércio, onde, quem circula no sentido de Silva Escura-Pessegueiro do Vouga não vê qualquer indicação, pois a mesma está totalmente tapada pela árvore que ali se encontra. Indicou que, mais abaixo, na rotunda junto ao posto de combustível, encontra-se uma placa com uma das indicações tapadas por um plástico preto, e, junto à escola, mais precisamente, no pavilhão gimnodesportivo, encontra-se mais uma placa com uma das indicações tapadas com um

plástico preto, aquela que indicava a direção da piscina municipal, pois, a piscina é uns metros mais abaixo, não sendo por aquele via que se entra. -----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às primeiras intervenções, tendo agradecido ao presidente da Assembleia Municipal e aos membros que intervieram, as melhoras de saúde do presidente da Câmara Municipal, dizendo que lhe iria transmitir pessoalmente. Em relação à intervenção de Toni Martins, e quanto às iniciativas sobre a obrigatoriedade de limpeza e gestão de florestas, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que o município estava a fazer tudo ao seu alcance para esclarecer as populações e fazer chegar às Juntas de Freguesia a informação que se entende necessária. Deu como exemplo a sessão de esclarecimentos, realizada no Centro das Artes e do Espectáculo no passado dia 17 fevereiro, onde esteve presente o senhor comandante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, entidade fiscalizadora responsável pela matéria em causa, que se pôs ao dispor para, ele próprio, se deslocar às freguesias para fazer sessões de esclarecimento. Quanto aos folhetos, informou que os mesmos estavam a ser distribuídos e afixados nos locais de estilo e que também está disponível informação no site do município. Sobre os caminhos, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que os mesmos vão sendo melhorados de acordo com as possibilidades e que estão incluídos no plano operacional municipal e vão sendo melhorados dentro dos possíveis. Quanto ao muro de Pontizela, continua a estar inscrito e irá ser feito, não se sabendo se será com os trabalhadores do município. -----

Dirigindo-se ao membro António Monteiro, o Vice-presidente da Câmara disse que a preocupação em relação ao serviço de atendimento complementar era comum. Afirmou que a moção a ser apresentada era bem-vinda, embora o município já tenha avançado no que diz respeito a essa matéria e que o presidente da Câmara Municipal tinha recebido uma mensagem do diretor do ACeS Baixo Vouga, Dr. Pedro Almeida, a dar conta de duas questões, a primeira é que finalmente irão proceder com a limpeza do espaço envolvente ao Centro de Saúde e a segunda, relacionada com a suspensão do funcionamento do atendimento complementar, é que o diretor do ACeS Baixo Vouga, na qualidade de responsável pelo setor, irá pedir uma audiência com o senhor Secretário de Estado da Saúde. -----

Dirigindo-se ao membro Diana Paiva, o Vice-presidente da Câmara disse que a pavimentação da Rua do Casal, fez parte de um projeto que foi entregue a uma empresa e a obra foi apenas objeto de receção provisória, portanto, não será conveniente o município intervir. Disse haver a promessa do empreiteiro de que vão intervir, até porque a caução ainda não foi levantada, e, para isso, tem de haver receção definitiva com a obra em perfeitas condições, o que estará para breve. Relativamente ao buraco junto à caixa da EDP, esse caso é pontual e não tem nada a ver com a obra em si, e pediu ao Vereador Raul Duarte para tirar nota, uma vez que o mesmo poderá estar a oferecer perigo. Quanto à sinalética, informou que a mesma estava a ser revista, sendo que existem algumas coisas a afinar e que aqueles que estão tapados com tarja preta são para ser substituídos. -----

Sobre os acordos de execução, o Vice-presidente da Câmara disse haver pouco a dizer, para já, porque, no dia 8 de fevereiro, tinha sido realizada uma reunião com os presidentes de junta e, no dia seguinte, foram-lhes enviadas propostas de trabalho que aguardam uma resposta, por parte das juntas de freguesia, com as suas posições oficiais. De seguida, o município voltará a reunir com as juntas de freguesia, seguindo-se a tramitação normal, que é a aprovação em reunião de Câmara Municipal, nas juntas de freguesia, nas assembleias de freguesia e, depois, na Assembleia Municipal. -----

A seguinte intervenção foi a de **Sérgio Soares da Silva** que começou por dizer que a democracia, ali desconhecida, e que acontece pelo país fora, era aquela que tem princípios que protegem a liberdade humana e baseia-se no governo da maioria, associada aos direitos individuais e das minorias. Direitos esses que, em qualquer Assembleia Municipal do país, onde qualquer membro tem o direito de apresentar propostas para serem votadas e depois a democracia faz o resto, aprova ou chumba, mas aqui não. Afirmou que, aqui, as

propostas eram apresentadas para serem votadas, mas, a mesa entendia entregá-las à Câmara Municipal e a Câmara Municipal, o que é que fazia? Democracia. Disse que, já que, em dezembro, o voto de uma renovação de um acordo de execução, que estava em vigor e que nem sequer podia ser autorizado sem antes ser autorizado pelos executivos da Câmara e das Juntas, e sem antes ser autorizado pelas Assembleias de Freguesia (Lei n.º 75/2013), já que era um voto necessário para se desbloquear verbas que estavam por pagar às freguesias, hoje o voto num novo acordo, seria necessário para se limpem as freguesias. Disse que, a pressa e o ato de má-fé em renovar um acordo e a incapacidade de não apresentar hoje um novo acordo prometido, leva-nos, a este nível, à vergonha em que se encontram as nossas freguesias. Dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal e Vice-presidente da Câmara, o membro Sérgio Soares disse querer informar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal que a Freguesia de Couto de Esteves, por considerar as verbas insuficientes e especialmente por não existirem critérios na sua distribuição, deliberou cessar o acordo de execução, autorizado pela Assembleia Municipal em 29 de abril de 2014, conforme alínea 1 da cláusula 6 do acordo. Disse que, aquela deliberação tinha sido tomada por unanimidade, na sessão do executivo da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, de 4 de fevereiro de 2018, e por unanimidade, na sessão da Assembleia de Freguesia de Couto de Esteves, de 10 de fevereiro de 2018. Disse que a Freguesia de Couto de Esteves aguardava que o município assumisse a sua competência ou que apresentasse um novo acordo de execução para delegação de competências, justo e uniforme com todas as freguesias que continuarem a receber aquela competência e onde existam critérios. Quis deixar duas informações daquelas deliberações à mesa, uma para a mesa e outra para entregar ao executivo. Informou que, na última reunião de presidentes de Junta com a Câmara, tinha sido apresentada a medição dos quilómetros de cada freguesia, realizada por técnicos da Câmara: Cedrim e Paradela 56km, Couto de Esteves 48km, Pessegueiro do Vouga 43km, Rocas do Vouga 53km, Sever do Vouga 51km, Silva Escura e Dornelas 67km e Talhadas 79km, sendo que, cada freguesia recebe € 12 500,00 e que, a multiplicar por nove freguesias, representa um total de € 112 500,00. Disse, ainda, que, em novembro de 2016, a Câmara Municipal tinha apresentado uma proposta que aumentaria os € 112 500,00 para € 180 000,00, distribuídos proporcionalmente por quilómetros. Assim, Cedrim e Paradela passaria a receber mais € 2 300,00, Couto de Esteves passaria a receber mais € 9 400,00, Pessegueiro do Vouga passaria a receber mais € 7 100,00, Rocas do Vouga passaria a receber mais € 11 400,00, Sever do Vouga passaria a receber mais € 10 500,00, Silva Escura e Dornelas passaria a receber mais € 7 300,00 e Talhadas passaria a receber mais € 23 300,00. Disse, no entanto, não ter havido consenso geral e ter ficado tudo igual. Disse que, com a permissão do membro Pedro Mendes, iria utilizar outra escala já utilizada naquela Assembleia Municipal, para explicar aos que ainda não tinham percebido, Cedrim e Paradela passaria a receber mais uma Raquel Tavares, Couto de Esteves passaria a receber mais um Moonspell, Pessegueiro do Vouga passaria a receber mais um Blind Zero, Rocas do Vouga passaria a receber mais uma Quinta do Bill, Sever do Vouga passaria a receber mais dois Capitães Fausto, Silva Escura e Dornelas passaria a receber mais uma Orelha Negra e Talhadas passaria a receber mais uma Áurea e um Moonspell. -----

Foi dada a palavra a **Elmano Jorge Ribeiro da Silva** que começou por dizer que a legislação em vigor atribui às Câmaras Municipais a captura de animais errantes com o objetivo da defesa da saúde pública e do meio ambiente. Naquele âmbito, disse querer saber o que é que o município estava a fazer relativamente à sua captura e que métodos estavam a ser aplicados, uma vez que se tem verificado alguns episódios, ultimamente, no concelho, e, ainda, para onde estavam a ser levados os animais? Relativamente à área de saúde, mais precisamente ao encerramento do atendimento complementar do Centro de Saúde, que inicialmente seria uma medida temporária, mas que já passaram três meses, o que está a prejudicar seriamente o direito à proteção da saúde das populações do concelho, demonstrado através de petições públicas. Afirmou que o PSD estava preocupado com

aquela situação e que tudo tinha estado a fazer para que o assunto fosse tratado como uma prioridade. Disse que, na reunião do Conselho da Comunidade Intermunicipal da Saúde, tinha apresentado o caso ao diretor do ACeS Baixo Vouga, Dr. Pedro Almeida, e que na Assembleia da República, as deputadas Regina Bastos e Susana Lamas tinham questionado o Ministro da Saúde sobre o assunto. Questionou que medidas ou ações tinham sido tomadas pelo município para solucionar aquela preocupação, pois outrora tinham sido conseguidas muitas valências para o concelho e, atualmente, assiste-se ao encerramento de algumas. Disse não ser essa a política do PSD e que tudo faria para que o atendimento complementar fosse resposto, pois, de momento, milhares de pessoas são obrigadas a percorrer dezenas de quilómetros para aceder a serviços de saúde que, por si só, já estavam congestionados. Afirmou que o acesso à saúde é um dos direitos mais importantes da constituição e que o PSD de tudo fará para que os cidadãos do concelho não os venham a perder. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Patrícia Sofia Martins Santos**. Afirmou que uma ETAR é sempre um motivo de orgulho, por significar uma preocupação acrescida do município pelo bem-estar de todos e, sobretudo, uma preocupação com o meio ambiente e com o futuro. Disse que, todavia, todos sabem que, pensar num futuro melhor implica sacrifícios como, por exemplo, estradas embargadas durante dois meses, dificultando as deslocações de centenas, quiçá milhares de severenses todos os dias desde a última semana de dezembro 2017, ou então, um esgoto, que irá desembocar no rio, vinte a trinta metros de distância do ex-libris, a imagem patente nos postais de Sever do Vouga. Disse ser perante aquela imagem que a bancada do PSD interrogava o senhor Vice-presidente: quanto mais tempo de atraso terá a reabertura da estrada municipal 570-1, quanto mais tempo terão os severenses de sofrer por embargos que não pediram, a qualidade da água bombada, bem como da água de descarga para o Rio Vouga está assegurada ou existe o caso de estar-se perante uma ilegalidade que seja um motivo de preocupação ao nível da saúde pública e se irá haver articulação entre a ETAR da Arrota e a ETAR de Sóligo? Sustentou que, preservar a fauna e flora implica, acima de tudo, preservar o motivo que torna aqueles seres endógenos. Disse que, a bancada do PSD gostaria, também, de inquirir o senhor Vice-presidente sobre a situação do Conselho Municipal da Juventude, ou seja, quando será a primeira reunião do órgão, ou se pretende continuar a ignorar a juventude do concelho? -----

A intervenção seguinte foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho** que disse, no passado dia 24 de novembro, questionou o executivo acerca do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas, nomeadamente, sobre quantos dos duzentos e quatro indivíduos eram severenses e como é que os mesmos tinham sido identificados, se tinha sido através da Fundação ou da Câmara, ou se tinha sido um trabalho conjunto. Referiu que, na altura, o executivo, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal, disse que tinha sido a Fundação que tratou de todo o processo, prontificando-se a enviar para os membros da Assembleia as respostas às questões, por si, levantadas. Disse que, no entanto, até à data, ainda não tinha obtido essas respostas, pelo que, mais uma vez, solicitou que respondessem às seguintes questões: quantos dos duzentos e quatro indivíduos são severenses e como foram identificados. Mais disse que, os severenses têm o direito de ser informados e esclarecidos de forma clara e minuciosa, sendo que a informação não pode continuar a ser disponibilizada de uma forma incompleta, como tem sido até à data. Relativamente à população do concelho, às exigências legais que o estado cobrador e não impulsor exige, questionou quais as medidas que o executivo estava a tomar para “proteger” os mais vulneráveis, os mais desprotegidos, referindo-se aos mais idosos, que muitas vezes se encontram sós, sem forças e nem capacidade financeira, física e psicológica para cumprir com a legalidade, designadamente, com a limpeza de terrenos, a entrega de IRS, entre outras. Perguntou onde e quando impulsionam a intergeracionalidade e, ainda, a rede de entidades a trabalharem por um objetivo comum. -----

Foi dada novamente a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que disse ter tomado boa nota daquilo que foi a resposta do senhor Vice-presidente da Câmara em exercício àquilo que é a moção que o CDS apresentou e, também, da preocupação expressa, designadamente do PSD e pelo PS, em relação àquela matéria. Disse estar plenamente convencido de que, se não se unirem todos, em torno daquele interesse, e procurarem fazer a máxima pressão que conseguirem, seja através dos órgãos municipais, seja através dos deputados na Assembleia da República, cada um por si, tem tentado fazer o que pode para chamar a atenção para aquele problema e, por isso mesmo, apelava a que aquela moção fosse votada e que fosse notificada às entidades em causa e que todos os partidos procurassem, junto daquilo que são os meios de contacto, fazer força para que se resolva aquela questão. Referiu que o senhor presidente da Câmara Municipal tinha dito aquilo que está escrito na resposta recebida do Ministro da Saúde, que o número de médicos é mais do que suficiente e apenas metade dos médicos poderão prestar aquele serviço, porque têm menos de cinquenta anos. Disse ser importante que todos trabalhem no sentido de se conseguir obter uma solução para aquele problema. -----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que corroborou as palavras do membro António Monteiro, afirmando que, mal o executivo tivesse alguma novidade, a mesma ser-lhes-ia transmitida. Dirigindo-se ao membro Sérgio Silva, disse ter ficado um bocado baralhado com a sua intervenção, quando o senhor deputado disse que *“a democracia aqui é desconhecida”*. Afirmou não receber ordens de democracia do senhor deputado, atento o seu passado pessoal e político, e que não lhe reconhecia esse direito. Disse, ainda, ser muito baixo o que o senhor deputado tinha dito, tal como *“a incapacidade de apresentar aqui o novo acordo”*. Salientou o facto de as juntas de freguesia terem ficado de enviar contributos para, eventualmente, afinar aquela proposta e que ainda não chegaram todos, sendo que ainda deve ser apresentado ao executivo, que é quem tem trabalhado com os presidentes de junta, e só depois de afinado é que é aprovado nas freguesias para depois ser apresentado à Assembleia Municipal, pois existem regras que não podem ser subvertidas, sob pena de nulidade do ato. Disse considerar a intervenção de muito mau gosto. Dirigindo-se ao membro Elmano Silva, o Vice-presidente da Câmara informou que, a nível intermunicipal, foi decidida a criação de três canis intermunicipais, com o recrutamento dos respetivos veterinários e apanhadores de cães intermunicipais, estando em andamento, mas, são coisas que demoram. Informou que os concursos estavam abertos e em fase terminal para construção, em dois casos, e a reconstrução, num caso, de três canis intermunicipais (Aveiro e Águeda). Mais disse que, o legislador em Lisboa não conhece o que é andar na aldeia e na serra porque, se conhecesse, a lei seria diferente. Informou que têm sido espalhadas jaulas e depois, recorre-se à adoção por privados ou através da Associação Mimos e Tratos e, ainda, às vezes, o canil de Águeda recebe os animais, dentro da capacidade dele e, ao contrário do que se possa pensar, não há cães abatidos. -----

Respondendo às questões colocadas por Patrícia Santos, o Vice-presidente da Câmara informou que, depois da incapacidade temporária física do senhor presidente da Câmara, já foram realizadas duas ou três reuniões com a AdRA e com a ARH, que é a entidade regional que representa a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, e o município está a pressioná-los para arranjar uma solução para a situação, porque se entende ser um serviço quer urgente, como fundamental. Informou que o projeto da ETAR foi iniciado pela AdRA e previa a devolução dos efluentes através de um exutor que saía da denominada ETAR Sul, de Sóligo, pela estrada municipal abaixo até ao poço de São Tiago, onde atravessava a E.N. 16 e era devolvido ao rio, cerca de 150 metros, onde há um rápido para além da ponte. Disse que esse exutor não era para ficar como está, era para ser pregado ao fundo do leito do rio, mas, a ARH, por dois motivos, não autorizou. Uma das razões era técnica, o rio faz uma curva e é, volta e meia, objeto de cheias e há muita pressão de água e não haveria a garantia de o exutor subaquático aguentar com a pressão de água e, por outro lado, os exutores subaquáticos existem para águas marítimas e não há lei habilitante para

exutores fluviais, ou seja, não há lei que permita passar por baixo do rio com um tubo. Informou que, numa reunião realizada com a AdRA e com a ARH, existe uma proposta de alternativas que estão a ser estudadas, sendo uma delas fazer o descarregamento onde está a ser feito e depois a devolução, até porque, já existe garantia escrita que a água da ETAR, que é de última geração, além de tratada, será desinfetada, havendo a garantia de que a água vai para o rio em boa qualidade. Finalmente, a ETAR que o membro Patrícia Santos referiu já não é uma ETAR, vai ser uma estação elevatória e vai ficar integrada no parque urbano, para levar água para a outra ETAR. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, o Vice-presidente da Câmara informou que, na última reunião de Câmara, tinha sido aprovada a abertura do procedimento, seguindo-se a discussão pública.-----

Sobre a intervenção de Paula Coutinho, o Vice-presidente da Câmara disse que iria contactar os serviços de Ação Social para fornecer esses elementos pelo meio mais expedito. Disse ser evidente que aquele serviço tem feito um bom trabalho, pois fazem o que podem com os meios que têm. -----

Antes de passar para o período da ordem do dia, o presidente da Assembleia Municipal leu a moção apresentada pelo CDS: -----

Considerando que: -----

Chegou ao conhecimento do CDS-PP que, por decisão do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga (ACeS BV), foi encerrado o Serviço de Atendimento Complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga (CSSV), de segunda a sexta-feira, das 20h00 às 23h00. -----

De acordo com a informação prestada aos utentes pelo coordenador daquela unidade de saúde, este encerramento será provisório e “baseia-se na indisponibilidade de profissionais médicos”, aguardando, aquele responsável, uma “nova solução para o atendimento complementar.” -----

O concelho de Sever do Vouga possui uma população residente de 12356 habitantes (2011), sendo que a população da área abrangida pelo ACeS BV é maioritariamente uma população envelhecida, com várias patologias associadas. O encerramento do atendimento complementar, principalmente nesta altura do ano, quando há uma maior afluência às urgências na saúde devido à gripe, prejudica gravemente o seu acesso a cuidados de saúde primários. -----

O CDS-PP entende que os Cuidados de Saúde Primários são a “porta de entrada” para o Serviço Nacional de Saúde e entendemos que o governo tem de continuar a política de reforço nestes cuidados de saúde. Os Cuidados de Saúde Primários deverão assegurar a necessária proximidade junto das populações e proporcionar os atos inerentes às suas características, com qualidade e em tempo clínica e socialmente adequado.-----

Acompanhando estas preocupações, o Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República enviou ao Ministro da Saúde a pergunta n.º 719/XIII/3ª, onde questionava quais as razões para o encerramento do atendimento complementar do Centro de Saúde e, tendo os utentes sido informados de que a situação era provisória, para quando estaria prevista a sua reabertura, bem como qual seria a alternativa colocada à disposição da população.-----

O governo respondeu através de ofício do gabinete do senhor Ministro da Saúde, em que informa que: “O motivo de encerramento do Atendimento Complementar de Sever do Vouga, em horário noturno de dias úteis (das 20h00 às 23h00 – 3 horas diárias), prende-se com a existência de mecanismo legal, relativo à idade de dispensa de trabalho noturno, que obsta à garantia do número de horas de trabalho extraordinário, por parte dos médicos da UCSP de Sever do Vouga do ACeS do Baixo Vouga da ARS Centro, suficientes para a prestação daquele serviço com as necessárias qualidade e segurança clínicas.”-----

Ou seja, oito médicos colocados no Centro de Saúde, apenas metade poderiam realizar trabalho noturno suplementar, acrescentando ainda que, “a UCSP de Sever do Vouga dispõe de um rácio de utentes por médico de família mais favorável do que o recomendado”. O que significa que o Ministério da Saúde não tenciona reforçar o número de médicos com idade inferior a cinquenta anos para que possa haver os meios humanos

suficientes para que seja reaberto o Atendimento Complementar, não havendo nenhuma alternativa para a população. -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera o seguinte:-----

1 – Expressar ao senhor Ministro da Saúde, à ARS Centro e ao ACeS do Baixo Vouga a sua enorme preocupação com o encerramento do Atendimento Complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga, que prejudica muito seriamente a população que representa, e que considera que é dever daquelas entidades encontrar os meios humanos que permitam a sua reabertura, com a máxima urgência, para tanto enviando-lhes a presente moção;-----

2 – Recomendar à Câmara Municipal de Sever do Vouga que encete diligências junto do governo, da ARS Centro e do ACeS do Baixo Vouga no sentido de obter a disponibilidade de profissionais médicos para prestarem serviço no Atendimento Complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga, procedendo à sua reabertura com a máxima urgência.-----

Terminada a leitura, o presidente da Assembleia Municipal colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

#### ----- 4 – Ordem do Dia -----

**1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara:** - Foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho**. Afirmou que a comunicação escrita do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal é fundamental para o correto acompanhamento dos membros da Assembleia Municipal da atividade diária do executivo camarário, no entanto, à semelhança do que aconteceu nas anteriores Assembleias Municipais, a informação escrita apresentada não é clarificadora e, embora se veja em alguns pontos, algum esforço em completar a informação, noutros mantém-se incompleta, pouco esclarecedora e demasiado sucinta. Deu como exemplo, os seguintes pontos: Campanha de Natal 2017 e Biblioteca Municipal, onde a informação é pormenorizada e apresenta uma visão real da atividade e dos objetivos, conseguindo-se perceber se foram ou não atingidos, como correu a sua execução e, sobretudo, avaliar os resultados para o município. Disse não acontecer o mesmo com o ponto das obras públicas, uma vez que, à semelhança das anteriores informações escritas, a informação constante daquele ponto mantém-se incompleta e ausente, não podendo, por isso mesmo, chegar a qualquer conclusão sobre aquele ponto. Afirmou que, no ano em que é atingido o maior orçamento de sempre, sendo uma parte muito significativa desse ponto dedicado às obras públicas, não pode a informação continuar a ser tão escassa. Disse importar salientar que a Assembleia, e os membros da mesma, devem ser informados do ponto de situação da atividade do executivo, dos resultados que a atividade cria para o município e para os severenses, porque essa é a verdadeira preocupação do PSD, servir os severenses. Disse, ainda, que na comunicação escrita do senhor presidente da Câmara, à Assembleia Municipal, falta muita informação e muito conteúdo. Pediu que não tivessem medo de gastar nas palavras e na escrita, pois é o gasto que mais repercute receita e que menos inércia provoca. Posto isto, e à semelhança do que já tinha sido solicitado pela Assembleia, reforçou a importância daquela comunicação escrita ser mais detalhada, ter mais conteúdo e conter, no que toca às obras, o seguinte: nome da obra, localização, início da obra, percentagem de execução, objetivo (atingido ou não atingido), se existe alguma obra embargada ou com Auto de Suspensão e porquê. Afirmou que o executivo tem o dever de informar e fazer chegar essa informação à Assembleia Municipal. No que toca aos procedimentos em curso, conforme relata a comunicação escrita, perguntou como se encontra a concessão do bar da praia, se estava a ser cumprido e se iria funcionar com normalidade na época balnear. Relativamente à análise da variação na execução orçamental das despesas com o pessoal, questionou a razão de uma variação negativa de 36,45% na segurança social, dado que o número de funcionários se manteve e a taxa da segurança social também. Na análise da taxa de execução da receita e despesa, em 31 de janeiro de 2018, disse ter verificado uma menor execução da despesa, face à receita, de

2,70%, ou seja, cerca de € 269 000,00, perguntando se o facto de serem números redondos tem algum motivo especial, ou se é apenas pelo município querer ser coerente com aquilo que tem feito e querer continuar a ser um bom cobrador de impostos. Por fim, questionou a razão de existir cerca de € 85 000,00 em dívida, há mais de 180 dias, com aqueles fornecedores, sendo que o prazo médio de pagamentos está a aumentar.-----

De seguida, interveio **Pedro Miguel Martins Mendes** que disse trazer quatro pontos essenciais, muito objetivos e muito sucintos, para os quais solicitava as mesmas características, em termos de resposta. O primeiro tópico prende-se com os transportes escolares, referindo a informação escrita que está em marcha, neste momento, a questão do próximo ano letivo e a sua questão é, que critérios estão a pensar utilizar, ao nível dos transportes escolares ao nível do financiamento dos transportes escolares, e, se no próximo ano, finalmente, haverá transportes escolares até ao 12º ano, cumprindo com uma coisa essencial, que é o facto de a escolaridade ser obrigatória até ao 12º ano. Perguntou se a Câmara Municipal tem uma estimativa de quanto isso poderá custar, portanto, qual será o acréscimo do 9º ano até ao 12º ano, sendo que, inclusivamente, na última Assembleia Municipal de dezembro, foi dito que, se a Câmara Municipal fechasse naquela data, teria um saldo de 3 milhões de euros, portanto, disse considerar que não será necessário tanto para o financiamento daqueles três anos escolares. Relativamente à questão que já foi trazida, sobre a falta de detalhe na informação escrita, lembrou que aquele assunto tinha sido trazido, por si, na Assembleia Municipal imediatamente a seguir à tomada de posse, e que aquilo que tinha sido dito é que, nas informações escritas que viriam a seguir, haveria esse detalhe, nomeadamente em relação às obras públicas, em que, de facto, não existe detalhe em relação a muitas coisas, mas, disse crer que as coisas são ainda mais graves nas obras por administração direta, por exemplo, valetas no trabalho de testeiro, pois não refere o quê, nem onde; a reparação de sinais nas vias do concelho, sem detalhes; a colocação de espelhos em vários locais, não se sabendo quais, entre outros. Mais disse que, existem assuntos na informação que deveriam ter tido o parecer, embora não vinculativo, do Conselho Municipal da Juventude, nomeadamente o regulamento das bolsas atribuídas aos estudantes do ensino superior, e poderiam, ainda, ter tido um contributo, caso o órgão já estivesse em funcionamento, em que coisas tão simples como a questão da Ficavouga, uma vez que faz parte da informação escrita, e talvez, também, a comemoração do Foral e da Feira Quinhentista, aproveitando para reforçar a necessidade daquele mesmo órgão começar a funcionar. Afirmou que gostaria de ter feito parte, junto das suas colegas eleitas, do processo de criação do regulamento que vai dar origem ao Conselho Municipal da Juventude. -----

A próxima intervenção foi a de **Patrícia Sofia Martins Santos** que disse, a cultura e o turismo andam de mãos dadas e que, quando tal não acontece, surge o desinteresse, a dificuldade de angariação de pessoas e serviços, o decréscimo de serviços prestados durante a organização de determinados eventos e, por sua vez, a parca qualidade dos mesmos e, por fim, a não rentabilidade económica, quer por parte dos aderentes, quer por parte da entidade organizadora. Afirmou que, todos os eventos que têm sido promovidos e/ou dinamizados no concelho de Sever do Vouga eram de louvar e mais deveriam haver. Disse que nenhum dos eventos podia, ou devia ser colocado em causa, nenhum, não significando isso que estava tudo bem. Disse ter vindo a verificar, ao longo dos anos, que a semana gastronómica continuava a ser vista, pelo comum dos severenses, como elitista, quando não é esse o caso. Disse verificar-se, ainda, de ano para ano, a diminuição no número de restaurantes que aderem ao evento, questionando quais os motivos da diminuição e se são tomadas medidas para que esses motivos sejam dissipados e voltem a aderir no ano seguinte. Disse não estar em causa o orçamento do dito evento, porque, esse é, no seu entender, irrisório, mas porque, em vez de haver um decréscimo, deveria acontecer o contrário. Sendo aquele um evento, maioritariamente, à beira rio, perguntou se não seria de pensar em conciliar aquela semana com outros eventos que promovam, ainda mais, o concelho e tragam estes comensais a conhecer as freguesias. Afirmou existir uma

variedade de associações, grupos de teatro, bandas recreativas, ranchos folclóricos, empresas de desportos radicais, entre outros, cujo profissionalismo e excelência é reconhecido a nível nacional e internacional, que poderiam ser um atrativo mais valorizado naquele, e noutros eventos, ao longo do ano. Falou sobre algo que deve ser repensado, que é o desfile de Carnaval das crianças que deixou de ser realizado, porque, promover o turismo sem promover devidamente a nossa cultura, tão intrínseca, no entender na bancada do PSD, não é pensar no concelho nem nos severenses. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** para dizer que, de acordo com a alínea h) do ponto 4 do artigo 38º do Regimento, “*Sem prejuízo dos limites impostos por outras normas do Regimento, a palavra será sempre concedida ao membro que a solicite para: pedir e prestar esclarecimentos ou dar explicações*”. Apresentou um esclarecimento ao Vice-Presidente da Câmara, pois disse jamais querer dar lições de democracia ao senhor Vice-Presidente, pois no que respeita à Câmara, repetiu o que já tinha dito “*e a Câmara Municipal o que é que faz? Democracia*”. Afirmou que, quanto ao sinónimo da palavra democracia, disse ter copiado do dicionário da língua portuguesa, por isso achou que não iria ofender ninguém. Dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara, o membro Sérgio Silva disse não lhe admirar nada que, a única parte do seu discurso a que o senhor não tivesse achado de mau gosto, tenha sido a parte da música, sendo, realmente, coisa que não lhe admirava. Voltando à ordem de trabalhos, elogiou o executivo pela rápida resposta na sinalização de troços de estradas desprotegidas por corte de árvores e pela colocação de novos ecopontos em vários locais do concelho. Manifestou a sua admiração por, naquele documento, com dezasseis páginas, encontrar apenas meia linha escrita acerca da maior obra alguma vez promovida pelo município. Disse considerar que tamanha obra e grande aposta do executivo merecia mais alguns cuidados e esclarecimentos aos severenses. Disse ser, também, incompreensível que uma Câmara gaste quase quatro milhões na construção de uma nova escola e não dê resposta à falta de aquecimento nas escolas existentes, como é o caso do Centro Escolar de Couto de Esteves que continua, seis anos após a sua inauguração, sem nunca ter visto o sistema de aquecimento a funcionar, sendo incompreensível, ainda, ver 26% de um orçamento municipal para construção de um mega centro escolar e para os centros escolares existentes, professores e funcionários terem que levar aquecedores elétricos das suas casas para aquecerem as salas. Afirmou que, incompreensível, realmente, é a leviandade com que o maior projeto alguma vez promovido pela Câmara tem sido tratado, pois a Câmara diz que aquela escola vai receber apenas as crianças da vila e freguesias de proximidade, mas os números mostram que as crianças de todo o concelho caberão nas catorze salas de aulas. Das duas uma, ou a Câmara anda a mentir aos severenses, ou anda a brincar com o dinheiro público.-----

Dirigindo-se ao membro Sérgio Silva, o **presidente da Assembleia Municipal** disse que, também lhe tinha vindo à ideia o ponto 3 do artigo 37º, que é muito clara - a apresentação de propostas, pedidos de prestação de esclarecimento, bem como as intervenções, têm de se conter no tempo máximo fixado pela grelha de debate respetiva, e, se esse critério não for cumprido, daqui a um bocado estarão todos a arrastar o debate.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**. Começou por dizer que, efetivamente, tem sido feito um esforço para melhorar a informação escrita e que tinham sido consultadas várias comunicações escritas de outros municípios, tendo-se constatado existir uma diversidade de opiniões, pois algumas são exaustivas e outras têm apenas duas ou três páginas. Afirmou, o que interessa é, realmente, constar nela informação concisa e que seja entendível por todos, sem embargo de uma coisa que quis deixar claro, que é o facto de os membros poderem solicitar qualquer informação que queiram, pois têm esse direito. Quanto às obras, que foi o que mais ressaltou da intervenção do membro Sérgio Soares, bem como do membro Pedro Mendes, o Vice-presidente da Câmara disse que iria transmitir isso aos serviços técnicos, porque não será difícil completar com os elementos solicitados pelo membro Pedro Mendes. Dirigindo-se ao membro Paula Coutinho, afirmou não ter medo de gastar no papel e nas palavras, embora prefira, de longe, gastar nas obras,

sendo que esse aspeto será melhorado. Sobre o bar da praia, informou que o mesmo já estará concessionado para quando começar a época. Disse existirem dois aspetos que, se os quiserem ver esclarecidos agora, pediria ao Diretor de Departamento para esclarecer, mas que, se não quisessem, faria esse envio por escrito. Quanto às dívidas a fornecedores, informou que esses valores aparecem nessa rubrica porque são quantias que estão em discussão, ou impugnadas ou estão em retificação, portanto, não são coisas pacíficas que o Município não tenha ainda pago. O mesmo se diga das de até 180 dias e mais de 180 dias, pois são subsídios às associações, às Juntas de Freguesia, às IPSS, daqueles acordos existentes que obrigam à transferência de trinta e cinco mil euros, anualmente, durante dez anos e aparecem na informação porque falta os beneficiários cumprirem com o papel deles, ou seja, apresentarem relatórios, documentos, certidões, e enquanto isso, esses valores entram como dívida em termos contabilísticos. Quanto ao que o membro Paula Coutinho falou, da taxa da segurança social, da variação, e da variação da despesa, o Vice-presidente da Câmara disse que, se quisesse, no fim da sua intervenção pediria ao senhor Diretor de Departamento para explicar, se não, faria o envio por escrito. Sobre os transportes escolares, referiu que, na ordem de trabalhos existem dos documentos a aprovar a transferência dessas competências, e falta definir, primeiro, a rede para saber esses elementos que, muito bem, colocou a falta. Afirmou, de certeza que, na próxima Assembleia Municipal, terão todos esses elementos para se poder definir com base nos estudos. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, informou que havia um regulamento em vigor, mas que não estava em conformidade com a lei que, entretanto, saiu e que regula, ainda hoje, os Conselhos Municipais da Juventude, sendo que, entretanto, tinha sido elaborado um documento em obediência à nova lei, estando disponível para consulta pública para sugestões. Sobre a cultura e turismo, o Vice-presidente da Câmara disse ter esses pelouros e que tem vindo a desafiar os operadores turísticos privados do concelho a colaborarem com o município em eventos culturais. Quanto à semana gastronómica, disse que achava ter diminuído apenas um em relação ao ano passado. Relativamente ao desfile de Carnaval, informou que o município apoiaria a continuação daquela iniciativa, mas que o fim da mesma tinha sido uma decisão do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga. Dirigindo-se ao membro Sérgio Silva, disse que, na altura, a comunicação para o Centro Escolar não justificava muitas linhas, uma vez que ainda tinha pouca execução, mas que, até ao fim do ano, seria apresentada mais informação à Assembleia Municipal, quer o índice de execução, quer o tipo de execução. Quanto à capacidade e necessidade do Centro Escolar, informou que o mesmo está feito a em obediência a uma norma (lei) chamada carta educativa, que foi validada pelo Ministério e pelo DGEstE. Disse respeitar o estilo do membro Sérgio Silva, mas que, enquanto estiver ali, não lhe chame de mentiroso, porque o executivo não é mentiroso e deve haver respeito pelos órgãos, porque, acabar um discurso a dizer que anda a mentir aos severenses e a brincar com dinheiro público, nem uma coisa nem outra, recusando terminantemente isso e que, o membro, como titular de um órgão executivo de uma freguesia, de certeza que não gostava de ouvir isso. Relativamente à falta de aquecimento no Centro Escolar de Couto de Esteves, afirmou que estava a ser feito um esforço muito grande para manter aquele equipamento aberto por se entender importante. -----

Foi dada novamente a palavra a **Paula Cristina Dias Coutinho**. Agradeceu as respostas dadas pelo Vice-presidente da Câmara às questões colocadas na sua intervenção anterior, e, ainda, a abertura que teve em disponibilizar informação. Nesse sentido, solicitou o envio, a todos os membros da Assembleia Municipal, de um quadro resumo de todas as atividades das obras que estão a decorrer, as que estão previstas decorrer e qual o início da obra e o prazo de execução e a percentagem de execução das que estão a decorrer. Disse que, relativamente ao poupar nas palavras, e não poupar nas obras, a bancada do PSD também não quer, de forma alguma, que se poupe nas obras, pelo contrário, quer que haja uma alavancagem daquilo que é Sever do Vouga e que essa seja projetada para o exterior,

para Portugal inteiro, para haver mais turistas, mais pessoas a quererem ficar, para fazer de Sever do Vouga a sua terra de referência. -----

Seguidamente, interveio **Pedro Miguel Martins Mendes** que disse ter percebido perfeitamente a resposta relacionada com os transportes escolares, no ponto de vista operacional e tática, mas questionou o ponto de vista estratégico da Câmara Municipal, se admite a possibilidade de estender o financiamento dos transportes escolares até ao 12º ano ou se, à partida, essa não é uma intenção do município, se irá ser só até ao 9º ano, e o que é que estão a pensar fazer. Relativamente às obras, reforçou a ideia de que há necessidade de informação sobre a execução física e a execução financeira das mesmas, julgando ser fácil a disponibilização daquela informação. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, disse não poder falar pelas suas colegas que foram eleitas, mas, estava certo que têm a mesma opinião, que gostariam de ter estado na génese do regulamento daquele conselho, e de ter trabalhado com a senhora vereadora, desde o início, naquele processo, mas, mesmo assim, disse estarem disponíveis para trabalhar, julgando que a sua ação deve ser ativa e não passiva. -----

De seguida, foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que disse não ser um profissional da retórica, nem da política, nem um habilidoso das palavras, mas que não era o único, pois verifica que se fazem, cada vez mais, intervenções que, além de não trazerem nada de novo, também não se percebe bem o contexto das palavras que são usadas. Disse, ainda, que, parece que, dentro dos grupos municipais, ainda há uns subgrupos, talvez com orientação a nível nacional que replicaram o que os outros já disseram. Salientou que, decorridas quase duas horas e meia depois do início da sessão, ainda não se passaram pelos pontos iniciais da ordem de trabalhos e muito daquilo que estava a ser dito está referido nas comunicações das atas das reuniões da Câmara Municipal que os grupos parlamentares recebem. Disse gostar muito de estar ali com todos, por serem uma companhia agradável, mas que considera que, se fossem todos práticos, já estariam muito mais adiantados na ordem de trabalhos. Sugeriu aos vereadores da Câmara Municipal, que têm essas informações todas, que coordenassem com os grupos parlamentares. Afirmou fazer parte da Assembleia Municipal há alguns anos e que tem assistido ao surgimento de muitas intervenções, mas que é necessário ser prático e intervir quando trazemos assuntos válidos e não outras coisas que, serem focadas neste âmbito, não trazem nada e só fazem perder tempo. -----

Voltou a intervir **Paula Cristina Dias Coutinho** para dizer que as atas das reuniões dos vereadores eram lidas e, efetivamente, não constava lá nenhuma informação que foi solicitada na presente sessão, pois não existe lá, em lado nenhum, o prazo de execução, o início da obra, nem a percentagem de execução. Disse considerar que o que estava a ser solicitado não era descabido. Disse ter já percebido que existe um discurso muito nacional, mas as intervenções devem ser centradas no Município de Sever do Vouga, pois o objetivo é comum - ver o desenvolvimento do nosso concelho de Sever do Vouga.-----

O **Vice-presidente da Câmara** interveio para informar que, quanto à taxa de execução, tinha, em mão, um mapa com o término da execução das obras atualmente em curso para quem quisesse consultar. Relativamente aos transportes escolares, para lá do que foi enviado, embora o poder central tenha legislado no sentido de dizer que o ensino é obrigatório até ao 12º ano, esqueceu-se de enviar o respetivo envelope financeiro, e essa parte está em equação, pois será ponderado, e, dentro das possibilidades do município, esse transporte será assegurado. Quanto ao regulamento do Conselho Municipal da Juventude, fica a sugestão, mas, ao se adaptar o regulamento à legislação em vigor, concede a oportunidade, no período de discussão pública, de colaborar ativamente, não ficando precludido o direito de verter nesse projeto de regulamento as ideias que cada um tem daquilo que deve ser o regulamento. O Vice-Presidente solicitou autorização para conceder a palavra ao Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para explicar as duas coisas que a Paula Coutinho tinha solicitado, sobre a taxa da Segurança Social e a abonação da despesa. -----

Foi dada a palavra ao Diretor de Departamento que disse, este aumento em relação à Segurança Social deveu-se aos encargos a saúde, que o Município pagou em janeiro 2017, e comparados com o período homólogo. O município é responsável pelos encargos com a saúde dos seus funcionários. A saúde dos funcionários não é a Segurança Social que suporta esse encargo público, tendo de ser suportado através do orçamento da autarquia, como determina a legislação. -----

**1.2 1ª Revisão Orçamental:** - O Vice-presidente da Câmara explicou que, a revisão em análise tinha sido realizada devido à necessidade de se proceder à transferência de verbas de umas rubricas para outras, uma vez que, as obras que tinham sido executadas fisicamente em 2017, não tinham ficado executadas financeiramente, pelo facto de terem sido emitidas faturas em 2018. -----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----  
Foi dada a palavra a **Paula Cristina Dias Coutinho** que disse verificar na 1.ª Revisão Orçamental o mesmo problema da informação escrita do presidente da Câmara, que a falta de informação. Perguntou onde estava a 1.ª Modificação Orçamental, dado que o documento em apreço é a segunda modificação. Afirmou que, as alterações no Plano Plurianual de Investimentos tinham de estar mais detalhadas, nomeadamente no que toca à reintrodução dos planos, que devem conter a freguesia, o local, o tipo de obra e o início da obra, entre outras informações e que, se assim fosse, não seria necessário colocar tantas questões. Disse ter verificado um desinvestimento na Educação, nomeadamente no Centro Escolar de Sever do Vouga, no valor de € 510 000,00, que foi revisto e orçamentado noutras rúbricas. Disse parecer que, aquela reorganização orçamental da despesa, no que toca à rubrica da Educação, estava assegurada no futuro. Perguntou qual tinha sido o motivo para a alteração da designação do projeto “Criação do parque Temático da Mirtilândia”. Deu os parabéns ao executivo pela introdução de novos projetos, nomeadamente a Reabilitação das Margens Ribeirinhas, que é, sem dúvida, uma necessidade para o concelho, e que só peca por não ter sido antes. Pediu informação sobre os projetos Naturvouga e Erasmus+, perguntando se eram candidaturas aprovadas ou ainda na fase de aprovação, ou se eram, simplesmente, despesas. Disse colocar aquela pergunta, uma vez que, Erasmus+ é um programa da União Europeia, de apoio às atividades europeias das instituições. Mais perguntou onde se encontram orçamentadas a ponte do Rio Lordelo – percurso pedonal da Aqualva e a infraestruturação de lotes na Zona Industrial de Irijó. Disse aparecerem no orçamento os seguintes valores e obras que não estavam descritas como tendo sofrido alterações no Plano Plurianual de Investimentos, mas que aparecem na 1.ª revisão orçamental, a saber: -----  
€ 43 800,00 - Rua de Novelide de Cima e Rua de Ventosinhos de Cima; -----  
€ 47 100,00 - Pavimentação da Rua dos Gonçalveiros e Boeiras e drenagens na EN 333;---  
€ 54 100,00 - Calçadas em Talhadas; -----  
€ 14 800,00 - intempéries – restabelecimento de infraestruturas; -----  
€ 29 200,00 – sem nome. -----

Disse ser necessário mais clareza e objetividade na informação que é transmitida e nas opções que são tomadas. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro**. Afirmou que, por regra, um orçamento é uma previsão onde constam aquilo que são as opções políticas da autarquia e que o CDS tinha sido claro quando votou contra o orçamento. Sobre as revisões orçamentais e as alterações orçamentais que vão sendo feitas ao longo do ano, disse serem, essencialmente, na sua opinião, um instrumento de gestão em que procuraria, por via de regra, fazer essa avaliação crítica de fundo, mas, essencialmente, concentrar-se naquilo que é o momento que essa revisão orçamental revela acerca daquilo que são os objetivos que a maioria definiu para si próprios. Disse que, ao olhar para a revisão orçamental, não podia deixar de lembrar aquilo que tinha sido o debate do orçamento, cuja grande marca tinha sido o Centro Escolar e o Ecocentro, tendo sido chamada a atenção em relação ao resto do orçamento por existir uma série de rubricas,

todas com cinco euros, que significavam que, na prática, não seria possível executar essas obras, ficando, as mesmas, apenas enunciadas. Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara, perguntou o que é que tinha acontecido com a empreitada Ecocentro – Valorização Ambiental, uma vez que, na ata do dia 24 de janeiro, no seu ponto 16, consta um auto de suspensão de trabalhos daquela empreitada. Disse ter ouvido dizer que teria havido um erro de projeto que teria levado a que o município assumisse a responsabilidade de parar a empreitada. Afirmou que, se a empreitada não está pronta a tempo, é o empreiteiro que é responsabilizado, mas se a empreitada não está pronta a tempo por algo que não é culpa do empreiteiro, e, se é um erro do projeto, convém que o município averigue a responsabilidade e procure ser reparado pelo prejuízo que está a ser causado. Disse ser importante que a Assembleia Municipal fosse esclarecida disso e perguntou que diligências é que o município estava a fazer no sentido de ser reparado, não apenas dos prejuízos do atraso, mas, também, dos eventuais acréscimos de custos da obra. Em relação ao Centro Escolar, cujo novo programa de trabalhos e cronograma financeiro aparece na ata de 14 de fevereiro, perguntou quem tinha feito aquela previsão, porque aqueles quinhentos e dez mil euros de locação financeira às escolas não vão ser executadas porque não há possibilidade de as executarem naquilo que tinha sido a própria previsão da maioria. Afirmou que, na sessão de dezembro passado, o deputado do CDS, Sérgio Santos, perguntou se, no âmbito do quadro de pessoal, estava prevista a regularização de vínculos precários existentes e qual era o eventual acréscimo, ao qual o senhor presidente da Câmara Municipal tinha respondido “*não existem trabalhadores precários no município*”, mas a ata do dia 14 de fevereiro, no seu ponto 24, aparece uma proposta intitulada Pessoal - Lei dos Precários - Assistentes Operacionais. Disse ser muito importante o debate das revisões orçamentais, porque se analisa o que é execução financeira daquilo que estão a ser as prioridades do município e disse não poder deixar de ficar preocupado com o que está a acontecer, porque se verifica que, o executivo não está a conseguir executar o orçamento que apresentou. Chamou a atenção para mais um ponto, é que já tinham alertado para o facto de existir no orçamento a possibilidade da criação da Taxa Municipal de Proteção Civil, apenas com cinco euros, mas que o Tribunal Constitucional considera ser inconstitucional, podendo ter-se aproveitado a presente revisão orçamental para eliminar de vez essa ideia. Afirmou que, o CDS, por princípio, e em relação às alterações orçamentais, vai abster-se, mas que não deixará, nunca, de fazer observações que consideram ser sua responsabilidade de modo a que o município também possa responder por aquilo que foi o compromisso que assumiu quando aprovou o orçamento. -----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que começou por responder às questões colocadas por Paula Coutinho, dizendo que, a reabilitação das margens ribeirinhas, logo na primeira página da informação do presidente da Câmara vem a informação de que esse projeto foi aprovado e que ao Erasmus+ foi submetido e ainda não está aprovado. Afirmou que o município tem por hábito apresentar candidaturas sempre que possível e que, muitas vezes, vai buscar apoios a overbookings, porque outros municípios não conseguiram. Sobre as pontes do Rio Lordelo, informou que, uma já está instalada e a outra está a ser montada, e que ambas eram para estar prontas no fim do ano de 2017, mas tinha sido necessário criar acessos novos à ponte maior, cujos trabalhos recomeçaram há dias. Quanto à Zona Industrial de Irijó, o Vice-presidente informou que tinha sido executada fisicamente, mas financeiramente ainda não tinha sido. Dirigindo-se a Antonio Monteiro, o Vice-presidente disse que os objetivos políticos do executivo que levaram a apresentar o orçamento mantinham-se e que não havia alteração nenhuma ao orçamento em vigor. Relativamente ao Ecocentro, informou que tinha sido necessário suspender as obras, uma vez que tinha sido necessário proceder a alterações por questões técnicas, cuja responsabilidade será do projetista, não da Câmara Municipal. Mais disse que, aquela obra tinha de ser feita por ser de inegável interesse. Disse que iria sugerir aos serviços que as revisões orçamentais sejam mais explícitas. Quanto ao Centro Escolar, o

Vice-presidente disse manter-se rigorosamente igual, tendo como prazo de execução 25 de agosto de 2019. Mais informou que o empreiteiro estava na sua disponibilidade de fazer uma reprogramação dos trabalhos que permitirá a execução da obra em 70% para 2018. Sobre a questão colocada em reunião de Câmara, em relação aos trabalhadores precários, o Vice-presidente disse que, naquela altura, não havia ninguém naquela situação e, para evitar abrir um concurso que demoraria até um ano, foram selecionados candidatos que reuniam as condições previstas na lei, ou seja, que já tinham celebrado contratos e que estavam ao serviço do município. -----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª Revisão Orçamental, correspondente à 2ª Modificação, com alterações no orçamento da despesa no valor de € 510 000,00 (quinhentos e dez mil euros) e a reintrodução de projetos não encerrados financeiramente no ano económico de 2017.-----

**Quinze votos a favor** - Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva.-----

**Treze abstenções** - Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

**1.3 Delegação de Competências – Serviço Público de Transporte de Passageiros:** - Com vista à transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal, relacionadas com o serviço público de transporte de passageiros, de acordo com a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, o órgão executivo solicitou autorização à Assembleia Municipal para a delegação de competências, em matérias relacionadas com a posição de autoridade de transportes, a ser formalizada entre o Município e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), através do contrato interadministrativo, conforme minuta que acompanhou a proposta.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenções.-----

Foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** para dizer que, a existência de transportes públicos é um importante fator de apoio ao desenvolvimento de uma região e que, nesse sentido, julgava ser positiva a integração do concelho numa rede de transportes intermunicipal. No entanto, disse não poder esquecer que deverá ser salvaguardado e defendido o acesso dessa rede aos pontos mais remotos do concelho e ter em conta uma boa articulação com o centro de camionagem e as freguesias, sem esquecer uma boa gestão de horários, identificação de pontos estratégicos e desenvolvimento de pontos turísticos. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que afirmou concordar, do ponto de vista dos princípios, que a escala à qual se devem procurar os transportes públicos tem de ser numa escala supramunicipal, pois com a dimensão do concelho de Sever do Vouga, se procurasse ter uma rede apenas no interior do concelho de pouco serviria em termos daquilo que são os serviços que, efetivamente, é necessário prestar à população. Afirmou que, a sua preocupação e recomendação ao município, naquilo que deve ser o trabalho a desenvolver na CIRA, é que, o primeiro objetivo deveria ser o de se traçar um plano de mobilidade no que diz respeito às ligações em Sever do Vouga e demais concelhos e, também, o que se pretende reivindicar, porque, estando no interior do distrito de Aveiro, colados a Viseu, corre-se o risco de se ficar esquecido. Mais disse, ser urgente que o município estabeleça o seu caderno de encargos, e que era importante discutir isso na Assembleia Municipal para ouvir os contributos das diferentes bancadas e dos presidentes de Junta sobre o que é que se pretende da delegação de competências. -----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** interveio para dizer que, relativamente às preocupações do membro António Monteiro, é evidente que as mesmas iriam ser tomadas em linha de conta, através do senhor presidente da Câmara, que tem assento na CIRA, uma vez que, algumas já tinham sido transmitidas e asseguradas. Mais informou que, uma

primeira exigência feita pelo município tinha sido a continuação e reforço do SeverIn. Afirmou que, nos intermunicipais, a pretensão é assegurar os transportes para os utentes dos serviços públicos deslocalizados. -----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal, em matérias relacionadas com a posição de autoridade de transportes, a ser formalizada entre o Município e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), através do contrato interadministrativo. -----

**Vinte e sete votos a favor** - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Monteiro, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

António Cruz não participou na votação por não estar presente.-----

**1.4 Transporte Escolar 1º CEB 2017/2018 – Renovação Protocolos:** - Foi presente um pedido da Câmara Municipal para a ratificação dos Protocolos de Cooperação, celebrados entre o Município e a Junta de Freguesia de Talhadas e a União de Freguesias de Cedrim e Paradela, relacionados com o transporte das crianças do pré-primário e 1º ciclo do concelho para o ano letivo de 2017/2018. -----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções.-----

Foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva**. Afirmou que o transporte escolar no protocolo não é um qualquer transporte escolar, pois trata-se de crianças de tenra idade entre os seis e nove anos de idade. Disse existirem regras para a realização desse transporte, que é específico para crianças. Perguntou se, quando o município realiza esses acordos, verifica, conjuntamente com as respetivas Juntas de Freguesia, se são cumpridas todas as regras de segurança para o transporte das crianças e de que forma se assegura, antes de assinar qualquer acordo, que o transporte é realizado dentro do mais escrupuloso cumprimento das normas legais e, principalmente, das regras de segurança para esse transporte. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que pediu que fossem transcritas as preocupações que o seu colega de bancada, Pedro Mendes, já tinha levantado a propósito da informação escrita, no que diz respeito ao transporte escolar, por ser muito importante. Perguntou por que razão se estava a fazer uma ratificação em vez de se cumprir com aquilo que é o normal, que os protocolos sejam presentes antes de começarem a ser executados. -----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para informar que, quanto à segurança dos veículos, a mesma era respeitada escrupulosamente. Mais informou que, a organização dos transportes está relacionada com a rede e, muitas vezes, o Agrupamento de Escolas fornece a informação necessária tarde, e a más horas, mas que, na primeira ordem de ideias é assegurar o transporte das crianças, que é o que interessa, de maneira que, o formalismo do início do atual ano letivo ficou em primeira posição.-----

Nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal, e atendendo ao facto dos apoios relacionados com o transporte escolar não terem integrado o programa de apoios a que se refere o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, ratificar os apoios aprovados na reunião de 27 de dezembro de 2017 para o transporte escolar durante o ano letivo de 2017/2018, de acordo com os seguintes valores:-----

- Freguesia de Talhadas.....€ 3 831,80

- União de Freguesias de Cedrim e Paradela.....€ 6 537,72

Esta deliberação foi tomada ao abrigo do previsto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

1.5 CPCJ – Relatório de Atividades 2017 e Plano de Atividades 2018: - O órgão deliberativo analisou e apreciou o Relatório de Atividades de 2017 e Plano de Atividades para 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga.-----  
O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções.-----  
Foi dada a palavra a **Edite Bastos Rodrigues** que disse ter duas preocupações quanto ao relatório. Tendo em consideração o regulamento geral de proteção de dados, que entrará em vigor em maio 2018, disse ter sido observado no relatório que os computadores usados pela CPCJ não são do seu uso exclusivo, logo serão partilhados por outros serviços. Perguntou como poderá a CPCJ garantir que os dados pessoais e privados das crianças, e respetiva família, estejam devidamente protegidos? Falou sobre o facto da equipa da CPCJ não ter elaborado o plano estratégico para a prevenção e promoção dos direitos da criança no ano de 2017 e, como considera ser um instrumento relevante e importante, pois visa a prevenção, sugeriu, se houver disponibilidade e possibilidade por parte da equipa técnica, que esse plano fosse realizado ao longo do presente ano. -----  
A seguinte intervenção foi a de **Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço** que frisou a importância deste serviço para o futuro das gerações, das crianças e jovens, que têm o dever de serem protegidos na sua mais básica essência, o direito a serem crianças e jovens. Disse ser por isso que a eficiência daquele órgão deve ser extremamente valorizada e divulgada perante todas as entidades competentes que envolvem a vivência diária com crianças e jovens. Disse verificar-se que, no relatório de atividades do ano transato, essa cooperação foi ineficiente e o plano para o ano corrente não especifica quais são as entidades competentes. Perante essa informação dúbia, e em nome da bancada do PSD, o membro questionou o Vice-presidente sobre aquele tema tão pertinente. Questionou quais eram as entidades competentes que visam aquele plano e se uma caminhada e uma distribuição de flyers e folhetos eram suficientes para sensibilizar a população para aquele tema. -----  
Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que disse fazer parte da Comissão Alargada, onde participa nas reuniões, de maneira que, relativamente à atividade, disse ter já conhecimento de que não será uma caminhada, mas que, efetivamente, iria questionar a CPCJ sobre isso e sobre a elaboração do plano estratégico durante o ano corrente. Quanto ao plano estratégico para a prevenção e promoção dos direitos da criança, o Vice-presidente disse que iria transmitir isso ao senhor presidente. Relativamente aos computadores, informou que, a CPCJ funciona numas instalações onde trabalham a assistente social e a psicóloga e comungam o mesmo gabinete. -----  
O **presidente da Assembleia Municipal** disse que, as considerações feitas pelos membros Edite Rodrigues e Paulo Lourenço seriam encaminhadas para a CPCJ para terem isso em linha de conta. -----  
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----